

**PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO E A AÇÃO DO ESTADO: UM OLHAR SOBRE
OS ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS NO PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO
CRESCIMENTO - PAC (2007-2010)**

Paula Leilane Oliveira Celestino
Mestre em Geografia – Universidade Federal da Bahia
paulacelestino1@hotmail.com

Resumo

O presente trabalho tem por objetivo estabelecer uma análise acerca de que forma ou quais princípios são utilizados pelo Estado no processo de intervenção em assentamentos precários por meio de ações estratégicas e quais são os reflexos na produção do espaço urbano. Dessa maneira, propõe-se uma discussão sobre a ação do Estado através do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC (2007-2010), que além de representar um importante avanço em termos de políticas públicas, também constitui-se em uma retomada das discussões de áreas habitacionais precárias. Desse modo, é mister ressaltar os mecanismos utilizados, pois além de principal agente produtor do espaço urbano, o Estado atua de acordo com interesses capitalistas, o que se torna evidente com as desigualdades socioespaciais. Para a realização da pesquisa a metodologia utilizada priorizou uma revisão teórico-conceitual e pesquisa documental.

Palavras-Chave: Espaço Urbano, Estado, Assentamentos Precários.

**URBAN SPACE PRODUCTION AND THE STATE ACTION: A LOOK ON
SETTLEMENTS IN SLA GROWTH ACCELERATED PROGRAM - CAP (2007-2010)**

Abstract

This study aims to establish an analysis of how or what principles are used by the State in the intervention process in slums through strategic actions and what are the effects on the production of urban space. Thus, we propose a discussion of state action through the Growth Acceleration Program - PAC (2007-2010), which in addition to representing an important advance in terms of public policy, also is in a resumption of discussions precarious housing areas. Thus, it is necessary to emphasize the mechanisms used, as well as leading producer agent of urban space, the state acts according to capitalist interests, which becomes evident with the socio-spatial inequalities. For the research, the methodology prioritized a theoretical-conceptual review and documentary research.

Keywords: Urban Space, State, Slums.

Recebido em 27/04/2016 / Aprovado para publicação em 13/10/2018.

OBSERVATORIUM: Revista Eletrônica de Geografia, v. 9, n. 3, p. 273-286. set./dez. 2018.

Introdução

O espaço urbano é dinâmico, complexo, híbrido e na sua (re)produção vários agentes estão envolvidos. Dessa maneira, cabe pontuar o seu papel para as novas dinâmicas espaciais induzidas pelo processo de globalização que acabam transformando cidades em cenários urbanos empreendedores e atraentes, além de influenciar as ações do Estado que se concretizam nos programas e projetos de governo desencadeando novos arranjos socioespaciais com rebatimento em diferentes escalas.

As diferenciações do espaço urbano devem ser compreendidas a partir da dimensão social, pois os elementos que a compõem são determinantes e produtores da heterogeneidade espacial que se reflete muitas vezes na formação de um tecido socioespacial fragmentado revelando os enclaves do cotidiano urbano e principalmente a necessidade de políticas e outros dispositivos de gestão urbana eficaz, pois “No espaço urbano, por exemplo, fundem-se os interesses do capital, a ação do Estado e a luta dos moradores como forma de resistência contra a segregação no espaço residencial e pelo direito à cidade.” (CARLOS, 2007, p. 26).

Diante da complexidade que envolve a produção do espaço, o presente trabalho tem como objetivo estabelecer uma análise acerca de que forma ou quais princípios são utilizados pelo Estado no processo de intervenção em assentamentos precários por meio de ações estratégicas do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC (2007-2010) e quais são os reflexos na produção do espaço urbano.

Para alcançar o objetivo proposto nesta pesquisa foi necessário o desenvolvimento de três importantes etapas, sendo que, a primeira correspondeu a um levantamento bibliográfico através de consulta a livros e artigos. A segunda etapa se referiu à elaboração do referencial teórico, em que nesta parte foram revisados os conceitos de espaço urbano, e o Estado como principal agente produtor do espaço urbano. Para tanto, estas concepções além de subsidiar o corpo teórico da pesquisa também permitiram a realização da terceira etapa que se constituiu na apropriação dos dados oriundos do Ministério do Planejamento sobre o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) 2007-2010 para o desenvolvimento da análise da ação do Estado, em áreas urbanamente frágeis, através de programas estratégicos e como tais medidas culminam no espaço urbano.

O texto encontra-se organizado da seguinte forma: inicialmente apresenta-se uma discussão acerca dos conceitos bases que foram explorados no processo de pesquisa, logo após tem-se uma breve análise sobre as intervenções do PAC (2007-2010) em assentamentos

urbanos precários e os antagonismos do Estado na produção do espaço urbano seguido das considerações finais e referências utilizadas para elaboração deste estudo.

Espaço urbano e Estado

O espaço urbano é articulado e fragmentado, indica contradição de acordo com interesses de seus agentes refletindo e reproduzindo a situação da sociedade capitalista, levando-se em consideração as relações sociais de produção, e de maneira específica o modo de produção capitalista, que além da divisão social em classes, consiste na formação desigual do espaço onde os diversos grupos sociais lutam por condições próprias para sobreviverem segundo suas expectativas e isso implica a produção do espaço (CORRÊA, 1989). Além disso, o espaço urbano reflete a produção do espaço em diferentes momentos históricos, já que as mudanças sociais não se restringem somente a um aspecto (o social), mas ao espaço em que está inserida.

Assim, dentre os agentes responsáveis pela (re)produção do espaço urbano destacam-se, segundo Corrêa (1989), os proprietários dos meios de produção, os proprietários fundiários, os promotores imobiliários, o Estado, além dos grupos sociais excluídos. Todos esses agentes atuam na produção e consumo do espaço urbano em diferentes escalas de ação, cujo produto depende do tipo de agente envolvido. No caso do agente imobiliário e dos grupos excluídos, a apropriação da terra não se dará sob as mesmas condições, restando a este último os espaços desvalorizados, e até mesmo impróprios para habitação. Todavia, o Estado sempre será o agente maior, intrínseco da sua soberania, e que sua relação com os demais agentes não ocorre de maneira equilibrada, mas de acordo com os interesses capitalistas o que se torna evidente com as desigualdades socioespaciais.

Porque dentre os agentes produtores do espaço urbano o Estado se destaca em relação aos demais agentes?

O Estado torna-se relevante principalmente por ser o único capaz de mover os outros agentes na organização espacial e ordenamento territorial (SILVA, O., 2008). Portanto, ao se analisar a produção do espaço urbano pode-se perceber que o mesmo é o resultado das relações desenvolvidas por um conjunto de agentes que perpassam as mais variadas escalas e instâncias sociais. Assim, a regulação e normas que regem o espaço urbano são cada vez mais híbridas, devido ao crescimento da organização da sociedade civil e das empresas; no entanto o Estado possui uma relevante influência no estabelecimento das normas e disponibilização da infraestrutura o que o diferencia dos demais agentes.

Dessa forma, na concepção de Corrêa (1989), o Estado atua essencialmente:

[...] e em última análise, visando criar condições de realização e reprodução da sociedade capitalista, isto é, condições que viabilizem o processo de acumulação e a reprodução das classes sociais e suas frações. (CORRÊA, 1989, p. 26).

A partir da concepção do referido autor, entende-se que quando os ideais capitalistas passam a ditar as regras, observa-se a existência de um Estado mercantilizado e comandado por uma mentalidade competitiva, cujo resultado é a produção de lucro a serviço de interesses capitalistas e conseqüentemente verifica-se uma deficiência na distribuição dos recursos orçamentários e a concentração dos mesmos, contribuindo para a promoção de desequilíbrios relativos à:

[...] existência de vantagens, sobretudo, econômicas, comparativamente mais favoráveis a determinadas regiões como decorrência de fatores locais e de interação, associados a questões econômicas, políticas, sociais e culturais. (SILVA, O., 2008, p. 17).

Logo, a importância de analisar a ação do Estado, enquanto produtor e modificador do espaço através de intervenções urbanas, está ligado ao fato de que “[...] ele dispõe de um conjunto significativo de recursos capazes de mover os demais agentes sociais no sentido de concretizarem planos e programas de governo.” (SILVA, O., 2008, p. 90).

O PAC (2007-2010) e a Intervenção em Assentamentos Precários

Será tomada por base a ação do Estado a partir do seu poder político com o estabelecimento de políticas territoriais que implicam ações diretas no espaço, por meio de estratégias que resultam em intervenções de rebatimento territorial com a utilização de mecanismos concretos como o Programa de Aceleração do Crescimento 2007-2010 promovido pelo Governo Federal, criado em 2007 com o intuito de promover o crescimento econômico e social com equidade a partir de investimentos em infraestrutura através de um conjunto de medidas político-econômicas e conceituado como:

[...] um conjunto de investimentos públicos em infra-estrutura econômica e social nos setores de transportes, energia, recursos hídricos, saneamento e habitação, além de diversas medidas de incentivo ao desenvolvimento econômico, estímulos ao crédito e ao financiamento, melhoria do ambiente de investimento, desoneração tributária e medidas fiscais de longo prazo. (SIGPLAN, 2013).

Sendo assim, de acordo com Leitão (2009), o PAC tem um forte rebatimento territorial:

[...] a despeito de ser voltado ao crescimento da economia nacional, sintetiza, a estratégia do governo para o desenvolvimento territorial no país ao prever a realização de obras infraestruturais, com impactos potenciais sobre o território nacional e suas regiões. (LEITÃO, 2009, p. 217).

A abordagem de Leitão (2009) deixa claro que o PAC é uma política territorial de grande repercussão espacial, pois busca garantir o crescimento da economia brasileira através de estratégias que implicam modificações não somente na dimensão econômica, mas sobretudo socioespacial. Por ser um programa de abrangência nacional, é relevante destacar seu papel para o desenvolvimento urbano e habitacional com ações de requalificação urbana que buscam a recuperação social e ambiental de áreas carentes de infraestrutura, serviços, moradias precárias e de degradação ambiental acentuada.

Nos dias de hoje, os assentamentos precários não se colocam mais como exceção em nossas cidades, dado o enorme percentual de moradias precárias que não atendem a um padrão mínimo de habitabilidade, comprometendo tanto a qualidade de vida dos que ali vivem como também a qualidade urbana e ambiental do conjunto das grandes cidades. No âmbito do Governo Federal, em 2007, foi anunciado o Plano de Aceleração do Crescimento 2007 – 2010 (PAC), e a criação do eixo da Infraestrutura Social e Urbana, contando com expressivos investimentos destinados à execução de ações integradas em habitação, saneamento e inclusão social. A partir de então, passou a ser possível vislumbrar o tratamento adequado de favelas de maior porte e complexidade, situadas nas principais cidades e Regiões Metropolitanas do país. (BRASIL, 2010, p. 9).

Assim, o PAC está estruturado em três eixos estratégicos (Figura 1): logístico, energético e social urbano. Mas, o que tem maior interesse para este trabalho é o Eixo de Infraestrutura Social e Urbana, que de acordo com o Manual do PAC (2007), as ações que compõem esse eixo estão também inseridas nos Projetos Prioritários de Investimento (PPI) de responsabilidade do Ministério das Cidades e têm por finalidade a intervenção em assentamentos precários¹ como objetivo de executar ações integradas de habitação, saneamento e inclusão social. Desse modo, as ações se dão em duas vertentes: a) Apoio a Empreendimentos de Saneamento Integrado em Assentamentos Precários em Municípios de Regiões Metropolitanas, de Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico ou

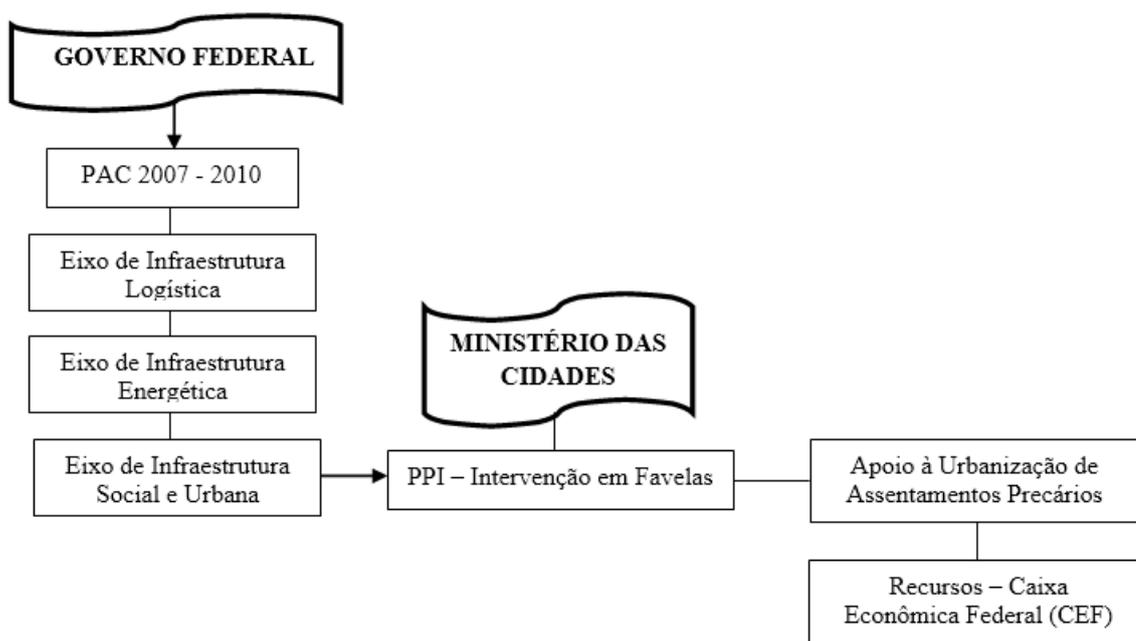
Municípios com mais de 150 mil habitantes; b) Apoio à Urbanização de Assentamentos Precários.

Assim, de acordo com o manual de instruções do PAC, tais ações devem promover a:

[...] implantação de ações necessárias à regularização fundiária, segurança, salubridade e habitabilidade de população localizada em área inadequada à moradia, visando a sua permanência ou realocação, por intermédio da execução de ações integradas de habitação, saneamento e inclusão social. (BRASIL, 2007, p. 3).

Essa intervenção busca a requalificação de aglomerados urbanos caracterizados como precários conferindo-lhes habitação de qualidade, regularização fundiária e saneamento ambiental de forma integrada.

Figura 1: Estrutura do PAC (2007-2010)



Fonte: Elaborado pela autora desta pesquisa (2016).

Desse modo, as políticas públicas voltadas para a implementação do PNH proporcionaram ações e investimentos (Tabela 1) para a urbanização de assentamentos precários, objetivando a requalificação urbana desses espaços e incorporado ao PAC (2007-2010) no Eixo de Infraestrutura Social e Urbana que trata desse tema como fator condicionante ao desenvolvimento urbano e socioambiental.

De acordo com documento intitulado “Urbanização de Favelas: a experiência do PAC - UAP” demonstra que a requalificação urbana concebida pelas novas políticas públicas é definida como um “[...] conjunto de ações suficientes para fazer frente a todas as carências diagnosticadas na área de intervenção e necessárias à elevação dos patamares de qualidade urbanística.” (BRASIL, 2010, p. 13). Para tanto, essa intervenção resultante das concepções do cenário político que vem se desenhando a partir do ano de 2000 são idealizadas em programas como o PAC, que no caso de assentamentos precários devem ser requalificados tomando por base os seguintes aspectos: Integração Urbana; Moradia Digna; Regularização Fundiária; Inclusão Social; Componente Ambiental.

Tabela 1 – Distribuição de recursos para intervenção em Assentamentos Precários por região²

REGIÃO	NÚMERO DE MUNICÍPIOS	DE INVESTIMENTO (RS milhões)
Norte	30	2.145,93
Nordeste	90	4.544,60
Centro-Oeste	36	1.132,94
Sudeste	114	11.909,30
Sul	53	1.737,25
TOTAL	323	21.470,02

Fonte: Brasil (2010).

A integração urbana busca integrar os assentamentos precários ao tecido urbano da cidade com adoção de melhorias do sistema viário dando a maior acessibilidade aos serviços públicos e à implantação de infraestrutura básica no local. Quanto à moradia, torna-se uma questão mais complexa, pois implica reordenamento espacial e em alguns casos a necessidade de retirada parcial ou total das famílias do seu lugar de moradia, quando são identificadas as seguintes circunstâncias:

[...] riscos de incêndio, inundação, desabamento, deslizamento, tremores de terra, sob fios de alta tensão, próximas a áreas insalubres, em áreas de preservação ambiental ou em áreas imprescindíveis à regularização urbanística, para implantação de infraestrutura ou sistema viário, ou, ainda, em áreas não passíveis de regularização. (BRASIL, 2010, p. 14).

Já a questão da moradia consiste no reordenamento do espaço ocupado e que pode implicar remanejamento³ ou reassentamento⁴ de famílias, mas essa alternativa deve ser adotada somente se for constatado que:

[...] estiverem expostas a riscos de incêndio, inundação, desabamento, deslizamento, tremores de terra, sob fios de alta tensão, próximas a áreas insalubres, em áreas de preservação ambiental ou em áreas imprescindíveis à regularização urbanística, para implantação de infraestrutura ou sistema viário, ou, ainda, em áreas não passíveis de regularização. (BRASIL, 2010, p. 13).

A remoção de famílias só deve ocorrer em situações que não são passíveis de mantê-las em seu local de moradia devido tanto aos riscos ambientais quanto à legalidade da terra requerida, seja, em obediência à constituição ambiental ou por se tratar de área pública. Quando é necessária a aplicação dessa alternativa é preciso que:

O local de reassentamento deverá ser, sempre que possível, próximo à área original, em respeito aos laços de vizinhança e trabalho já estabelecidos. Deverá, ainda, ser servida de infraestrutura básica e equipamentos comunitários, que atendam à demanda da comunidade reassentada (BRASIL, 2010, p. 14).

O reassentamento das famílias não deve se tratar apenas da execução de obras com implantação de infraestruturas e equipamentos, mas se deve ter o cuidado em amenizar os impactos causados por esse processo de mudança que deve ser acompanhado pela execução de serviços como o bom funcionamento de transportes, acesso à educação, serviços médicos e sociais, áreas de lazer e um espaço de segurança de forma que não possa reproduzir as antigas instalações e formas de habitabilidade, como nos assentamentos precários em que viviam.

Outro componente relevante é a regularização fundiária, constituindo-se na parte que demanda maior tempo para ser realizada, pois o processo de intervenção só poderá ser iniciado mediante identificação e comprovação de títulos da área para posteriormente definir como será assegurada a propriedade dos lotes ou unidades habitacionais. Contudo o objetivo que se quer alcançar é garantir a propriedade ou posse da terra e proporcionar que os assentamentos precários estejam de acordo com a legislação urbana e ambiental.

Sendo assim, a regularização deve ocorrer concomitante à execução das obras habitacionais e de infraestrutura por se tratar de um processo que requer um tempo maior para que todo levantamento fundiário seja feito. Para operacionalizar essa etapa conta com o apoio

do município através das prefeituras e dos cartórios de registros de imóveis buscando facilitar à tramitação judiciária (BRASIL, 2010).

A inclusão social consiste na realização de trabalho social na área de intervenção sendo fundamental para garantir que a implantação de projetos seja acompanhada pela comunidade, além fomentar a organização e formação de lideranças locais, desenvolvimento socioeconômico através de ações socioeducativas, qualificação profissional e identificação das potencialidades locais. Sendo que, após a execução das obras, o trabalho social media todo o processo de intervenção urbana, prologando-se ainda o acompanhamento das famílias por um determinado período (seis meses a um ano) (BRASIL, 2010).

O aspecto ambiental é tratado com a adoção de medidas que visam a recuperação de áreas ambientalmente frágeis através de saneamento básico, despoluição de mananciais hídricos e implantação de parques multiuso juntamente com o desenvolvimento de atividades ambientais educativas que possam mobilizar a comunidade local e garantir uma convivência ambientalmente equilibrada com os elementos naturais (fauna e a flora) local. Tais ações só são permitidas com a apresentação de licenças e autorizações ambientais dos órgãos competentes responsáveis pela intervenção; no caso do município, compete à secretaria de meio ambiente fiscalizar a implantação de projetos como, por exemplo, em áreas de Proteção Permanentes (APP).

Essas ações pretendem integrar os espaços “a margem” das políticas públicas urbanas e habitacionais à dinâmica urbana da cidade, através da requalificação urbana materializada com a execução de projetos. A partir dos aspectos apresentados, pode-se perceber que o desenvolvimento dessas variáveis de intervenção dependerá do contexto em que se encontram e da capacidade de ação dos agentes envolvidos. Porém nem sempre os projetos de intervenção urbana como requalificação e reabilitação estão engajados com o contexto das áreas em que serão implantados, ou estão em desconexo com as reais necessidades da população.

Antagonismos da Ação do Estado no Espaço Urbano

Segundo Maricato (2011), desde 1975 até 2010 os desafios continuam presentes e em desenvolvimento, como a questão da moradia precária e das periferias como territórios da pobreza urbana, pois:

Paula Leilane Oliveira Celestino

Por outro lado, as periferias ou regiões que circundam as grandes cidades brasileiras passaram por mudanças determinadas pela reestruturação produtiva ou globalização: elas continuam apresentando os bairros pobres periféricos sem urbanização (fontes perenes da relação de dependência clientelista) e ganharam, nos últimos 25 anos, a companhia de “loteamentos” ou condomínios fechados que lembramos subúrbios americanos. (MARICATO, 2011, p. 104).

A partir do contexto da globalização, percebe-se que ocorre uma acentuação das problemáticas urbanas que acaba por ditar novos ajustes espaciais e fomentar a expansão capitalista das relações de produção e do Estado que “aparentemente” atua de forma mínima como interventor, refletindo em crescimento econômico em desconexo com o desenvolvimento social. Desse modo, os problemas de ordem estrutural não serão facilmente resolvidos por determinadas gestões de governos.

O Estado demonstra “aparentemente” não atuar em determinados processos, mas como bem ressaltou Santos (2002) a ação estatal é a principal força de grande repercussão, estando todos os agentes submetidos a ela:

[...] pelo seu “uso legítimo da força”, encarnado ou não no direito. A lei, ou o que toma seu nome, é por natureza, grela. Assim, uma norma pública age sobre a totalidade das pessoas, das empresas, das instituições e do território. Essa é a superioridade da ação do estado sobre outras macroorganizações. Nem sempre as instituições supranacionais, nem as empresas multinacionais têm esse poder. Se estas podem colher indiretamente resultados globais, seus efeitos diretos são sobretudo pontuais ou lineares. (SANTOS, 2002, p. 121).

Entretanto, outro fator que necessita ser pontuado é a importação e implantação de modelos arquitetônicos apresentados com a proposta de “bem-estar para todos” desconectado da realidade local, ou de acordo com a expressão de Maricato (2001) demonstram “as ideias fora do lugar e o lugar foras das ideias” para que não se possa incorrer em uma higienização ou formação de um cenário de *apartheid* urbano, em que nem todos os espaços podem ser usufruídos ou dotados de infraestrutura conforme a necessidade dos cidadãos.

Sendo assim, é importante destacar que o capital imobiliário age em unissonância com o Estado, pois:

A capacidade que o Estado tem de impor divisões de status no espaço sobre os seus residentes pode ter origem no simples controle da força física [...] ou então o Estado pode, ele mesmo, atender aos desejos dos detentores de poder político e econômico, desejos que se refletem de modo semelhante nos padrões de mercado paralelos que não estão ligados ao aparelho do estado. Em ambos os casos, o papel do Estado no estabelecimento de linhas de

divisão involuntárias que refletem status/poder é fundamental ao processo ativo que denominamos repartição. (MARCUSE, 2004, p. 28).

A discussão levantada por Marcuse (2004) destaca o Estado como agente principal no processo de segregação e pode utilizar o uso da força de forma legítima para atender seus interesses e da parcela da sociedade dominante e detentora do poder e que atua de forma direta na apropriação e organização do espaço.

Um exemplo de intervenção urbana que não levou em consideração a melhoria das condições de habitabilidade da população, além do uso de nomenclaturas como a requalificação e reabilitação urbana que na verdade se constituem em instrumentos utilizados pelo Estado para agir segundo interesses capitalistas foi registrado no estudo realizado por Baltrusis e Mourad (2012) sobre a realização de intervenções no Centro Histórico de Salvador em meados de 1990 com a intenção de:

[...] fragmentar, esconder ou afastar os moradores pobres de seu território. Territórios esses que foram apropriados, ao longo do tempo, pela população pobre e onde se sobrepuseram o seu modo de vida em relação ao ambiente construído. Essas intervenções foram pensadas e executadas de acordo com um tipo de urbanismo excludente, que privilegia as intervenções-cenários voltadas ao turismo em contraposição à manutenção dos moradores tradicionais. (BALTRUSIS; MOURAD, 2012, p. 2).

Pode-se perceber, então, que esses processos de intervenção urbana podem ocultar um lado perverso, excludente em que muitas famílias são privadas, ou melhor, retiradas do seu lugar, um espaço de vivência dotado de relações simbólicas, o que torna a situação muito complexa.

Mesmo com os atuais avanços com o crescimento de movimentos sociais no Brasil e com a elaboração de planejamento participativo oriundos de algumas iniciativas do governo (federal, estadual e municipal), é preciso repensar a relação do Estado com a sociedade civil. Todavia, apesar de tais esforços principalmente na elaboração teórica e inovadora sobre a questão das cidades, a realidade continua sendo a mesma.

Considerações Finais

A abordagem aqui pretendida buscou demonstrar que o Programa de Aceleração do Crescimento (2007-2010), através de sua ação em assentamentos precários, representa um avanço nas políticas públicas. É preciso reforçar que os assentamentos precários caracterizam-

Paula Leilane Oliveira Celestino

se principalmente pelas fragilidades infraestruturas, sociais, econômicas e ambientais. Porém cada um tem sua especificidade, mas que expressam o resultado de ações desencadeadas por agentes que regulam, consomem e produzem o espaço urbano como o Estado e os agentes imobiliários.

Os entraves e desafios que envolvem o espaço urbano a partir de determinados processos intervencionistas, como a requalificação de alguns espaços precários vai muito além da reivindicação de melhorias do espaço urbano, mas da investigação dos agentes que estão envolvidos e quais os interesses que prevalecerão, uma vez que, vivemos em uma condição política democrática, mas reféns de um Estado neoliberal a serviço do grande capital. Portanto, é preciso pensar criticamente sobre a postura do Estado e como a sociedade civil reage diante dos entraves urbanos e a necessidade da elaboração e efetivação de políticas e projetos urbanos descentralizados e condizentes com a realidade de muitas cidades brasileiras.

O Estado deve cumprir o seu papel com a descentralização na distribuição espacial e gestão dos bens, criação de mecanismos institucionais que possam garantir condições e oportunidades a partir do controle e uso do solo urbano mais justo, transformando a cidade em um espaço efetivamente do cidadão. Porém o que se observa no quesito habitacional é um Estado que atua como agente imobiliário, valorizando espaços com ações pontuais e contribuindo para a especulação imobiliária, convertendo dessa forma o problema habitacional em mercadoria e marginalizando a população de menor poder aquisitivo.

É essa realidade que a partir do ano de 2000 as políticas públicas tentam superar com a implementação de políticas habitacionais e de desenvolvimento urbano com acesso à moradia para a população de baixa renda, e a requalificação urbana dos assentamentos precários como parte desse novo cenário da política urbana nacional.

Notas

¹ Caracterizado pela Urbanização de Assentamentos Precários (PAC) pela “[...] irregularidade fundiária e/ou urbanística; pela deficiência da infraestrutura; pela ocupação de áreas sujeitas a alagamentos, deslizamentos ou outros tipos de risco; pelos altos níveis de densidade dos assentamentos e das edificações combinados à precariedade construtiva das unidades habitacionais; pelas enormes distâncias percorridas entre a moradia e o trabalho associadas a sistemas de transportes insuficientes, caros e com alto nível de desconforto e insegurança; além da insuficiência dos serviços públicos em geral, principalmente os de saneamento, educação e saúde. (BRASIL, 2010, p. 11).

PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO E A AÇÃO DO ESTADO: UM OLHAR SOBRE OS ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS NO PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO - PAC (2007-2010)

Paula Leilane Oliveira Celestino

²Os dados foram sistematizados pela autora desta pesquisa como um dos resultados do trabalho dissertativo realizado em 2014.

³Reconstrução da unidade habitacional no mesmo perímetro da área que está sendo urbanizada (BRASIL, 2010, p. 13).

⁴Reassentamento de famílias para outras áreas, alterando seu local atual de moradia (BRASIL, 2010, p. 13).

Referências

BALTRUSIS, N.; MOURAD, L. N. Movimentos de Resistência aos Processos de Renovação Conservadora e Excludente no Centro histórico de Salvador. In: SEMINÁRIO DA HISTÓRIA DA CIDADE E DO URBANISMO: A CIRCULAÇÃO DAS IDÉIAS NA CONSTRUÇÃO DAS CIDADES: UMA VIA DE MÃO DUPLA, 12., 2012, Porto Alegre. *Anais...* Porto Alegre: PROPARG/UFGRS. 2012. v. 1, p. 1-12.

BRASIL. Programa Aceleração do Crescimento (PAC). *Manual de Instruções: Projetos Prioritários de Investimentos – PPI - Intervenções em Favelas (2007-2010)*. Disponível em: <http://www.gov.br/ministerio-das-legislacao/instrucoesnormativas/instrucoesnormativas-2007/AnexoIN29_2007.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2012.

_____. Ministério das Cidades. Secretaria Nacional de Habitação. *Urbanização de favelas: a experiência do PAC*. Brasil, 2010. Disponível em: <http://www.cidades.gov.br/images/stories/ArquivosSNH/ArquivosPDF/PAC_Urbanizacao_de_Favelas_Web.pdf>. Acesso em: 20 out. 2012.

CARLOS, A. F. A. A Paisagem Urbana. In: **A Cidade**. São Paulo: Contexto, 1999.
CORRÊA, R. L. Quem produz o espaço urbano? In: **O Espaço Urbano**. São Paulo: Ática, 1989.

MARCUSE, Peter. Enclaves, Sim; Guetos, Não: A segregação e o estado. In.: *Espaços e Debates: Revista de Estudos Regionais e Urbanos*. São Paulo: Núcleo de Estudos regionais e Urbanos – Neru, V. 24, n. 45, 2004, p. 24-33.

MARICATO, E. Formação e impasse do pensamento crítico sobre a cidade periférica In: *O impasse da política urbana no Brasil*. Petrópolis - RJ: Vozes, 2011. p. 99-169.

_____. As idéias fora do lugar e o lugar fora das idéias. ARANTES, O.; Carlos VAINER, C. MARICATO, E. *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. Petrópolis: Vozes, 2001.

SANTOS, M. O tempo (os eventos) e o espaço. In: *A NATUREZA do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: EDUSP, 2002. p. 115-13.

SIGPLAN - SISTEMA DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS E DE PLANEJAMENTO. [Portal institucional]. 2013. Disponível em: <www.sigplan.gov.br> Acesso em: 15 mar. 2013.

SILVA, O. A. *Recursos hídricos ação do Estado e reordenação territorial: o processo de implantação da barragem e do distrito de irrigação de Ponto Novo no estado da Bahia* –

PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO E A AÇÃO DO ESTADO: UM OLHAR SOBRE OS ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS NO PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO - PAC (2007-2010)

Paula Leilane Oliveira Celestino

Brasil. 2008. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Santiago de Compostela. Santiago de Compostela, Espanha, 2008. URI: <http://hdl.handle.net/10347/2533>